

ANO XVII N. 1 4/1/2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[RECOMENDAÇÃO CNJ N. 31, 21 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Recomenda a todos os Tribunais do país que abstenham-se de efetuar pagamento a magistrados e servidores de valores a título de auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual, sem que seja previamente autorizado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua o Provimento CN-CNJ 64/2018.

(DJe/CNJ 24/12/2018, p. 4)

[RECOMENDAÇÃO CNJ N. 34, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Recomenda a todos os Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho do país que, na formação das listas tríplexes para escolha dos seus integrantes oriundos das vagas destinadas ao quinto constitucional, se abstenham de nela incluir advogado ou membro do Ministério Público que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Tribunal respectivo.

(DJe/CNJ 31/12/2018, p. 2)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PORTARIA MT N. 1.082, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 \(Retificação\)](#)

Torna sem efeito a publicação da Portaria n. 1.082, de 18 de dezembro de 2018, ocorrida no DOU de 24/12/2018, Seção 1, págs. 147 a 154 e retifica a Portaria n. 1.082, de 18 de dezembro de 2018, publicada no DOU n. 244, de 20-12-2018, Seção 1, págs. 208 a 215, no ANEXO - Norma Regulamentadora n. 13, inciso 13.2.2, item I.

(DOU 26/12/2018, Seção 1, p.67)

[LEI N. 13.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Altera a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às

entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

(DOU 27/12/2018, Seção 1, p.1)

[DECRETO N. 9.630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.

(DOU 27/12/2018, Seção 1, p.17-18)

[DECRETO N. 9.637, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto n. 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

(DOU 27/12/2018, Seção 1, p.23-25)

[ATO DECLARATÓRIO MT N. 18, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Aprova os precedentes administrativos de n. 117 a n. 128 e dá nova redação aos precedentes administrativos n. 71, 78 e 105.

(DOU 27/12/2018, Seção 1, p. 233)

[LEI N. 13.788, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Altera a Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008, para dispor sobre a composição do Conselho da Justiça Federal.

(DOU 28/12/2018, Seção 1, p. 3)

[MEDIDA PROVISÓRIA N. 869, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.

(DOU 28/12/2018, Seção 1, p. 8-9)

[DECRETO N. 9.648, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Altera o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.

(DOU 28/12/2018, Seção 1, p. 15)

[PORTARIA MT N. 1.224, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Estabelece procedimentos para a elaboração e revisão de normas regulamentadoras relacionadas à segurança e saúde no trabalho e às condições gerais de trabalho.

(DOU 31/12/2018, Seção 1, p. 164-165)

[PORTARIA MT N. 797, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Altera os prazos previstos na Portaria SIT n. 737, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/7/2018.

(DOU 31/12/2018, Seção 1, p. 168)

[MEDIDA PROVISÓRIA N. 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019](#)

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

(DOU 1/1/2019, Seção 1 – Edição especial, p.1)

[DECRETO N. 9.661, DE 1º DE JANEIRO DE 2019](#)

Regulamenta a Lei n. 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

(DOU 1/1/2019, Seção 1 – Edição especial, p.15)

[PORTARIA ITI N. 79, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

(DOU 2/1/2019, Seção 1, p. 1-3)

[RESOLUÇÃO CJF N. 511, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018](#)

Dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais.

(DOU 2/1/2019, Seção 1, p. 35)

[MEDIDA PROVISÓRIA N. 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019\(*\)](#)

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

(DOU 3/1/2019, Seção 1, p. 1) (*) Republicação do art. 53 da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição Especial do Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2019, Seção 1.

[LEI N. 13.792, DE 3 DE JANEIRO DE 2019](#)

Altera dispositivos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas.

(DOU 4/1/2019, Seção 1, p. 2)

[LEI N. 13.793, DE 3 DE JANEIRO DE 2019](#)

Altera as Leis nos 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.

(DOU 4/1/2019, Seção 1, p. 2)

[LEI N. 13.794, DE 3 DE JANEIRO DE 2019](#)

Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade.

(DOU 4/1/2019, Seção 1, p. 2)

[LEI N. 13.796, DE 3 DE JANEIRO DE 2019](#)

Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

(DOU 4/1/2019, Seção 1, p. 3)

[LEI N. 13.798, DE 3 DE JANEIRO DE 2019](#)

Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

(DOU 4/1/2019, Seção 1, p. 3)